

Por um lado, referida isenção reduzirá em alguns percentuais o preço de mercado desses produtos, possibilitando que a população menos favorecida tenha mais acesso aos equipamentos e, conseqüentemente, à informação e à cultura globalizada. De outro, vem o incentivo à indústria nacional e o aquecimento do comércio desses produtos.

Outro benefício concedido foi para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP: referida lei dobrou o valor limite referente a receita auferida pelas empresas para fins de opção ao SIMPLES – Sistema Integrado de Recolhimento de Impostos e Contribuições Federais; antes, consideravam-se Microempresa – ME as pessoas jurídicas que auferiam receita até R\$ 120.000,00 e Empresa de Pequeno Porte – EPP aquelas cuja receita era superior a R\$ 120.000,00 e não ultrapassasse R\$ 1.200.000,00. Atualmente, os valores foram majorados, respectivamente, para R\$ 240.000,00 para ME e R\$ 2.400.000,00 para EPP.

Tal medida atendeu ao pleito de milhões de contribuintes que são optantes por esse sistema de tributação, haja vista que tais valores não eram reajustados desde o ano 1998.

Destarte, ficou autorizado, ainda, ao Poder Executivo conceder alíquota zero ao PIS – Importação e a COFINS – Importação incidentes sobre a importação de produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, campanhas de

saúde realizadas pelo Poder Público, laboratórios de anatomia patológica, citológica e de análises clínicas, tais como antibióticos, soro, sangue, etc... Tal benefício fiscal será de muita utilidade para toda a classe médica, eis que muitos desses produtos precisam, necessariamente, ser importados. Todavia, a maior beneficiária será, indiscutivelmente, a população usuária dos produtos e serviços médicos.

As pessoas físicas também foram lembradas nesse “Pacote de Bondades”, haja vista a concessão da isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital decorrente da venda de imóveis, sendo que para o gozo de tal benefício é necessário que o vendedor do imóvel (contribuinte) utilize o valor da referida operação de venda na compra de outro bem imóvel destinado para fins residenciais dentro do prazo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da celebração do respectivo contrato. Frisa-se que a aplicação parcial do valor obtido na venda de um imóvel em outro implicará na tributação do ganho de capital calculado proporcionalmente ao valor da diferença não aplicada. Importante destacar, porém, que tal benefício somente poderá ser usufruído uma vez a cada cinco anos.

De outro lado, alargou-se, ainda, a faixa de isenção do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física incidente sobre o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, que antes se cingia ao montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para ambos os casos, sendo que, atual-

mente, passou a vigorar da seguinte forma: i. limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em caso de alienação de ações negociadas em mercados de balcão; ii. limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) nos demais casos.

Outro benefício foi a prorrogação da isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a venda de automóveis destinados às pessoas portadoras de deficiência física para dezembro de 2009.

Por fim, vale lembrar que foram alterados os prazos para recolhimento do IRRF – Imposto de Renda retido na Fonte, do IOF, dos valores retidos na fonte a título de COFINS bem como dos valores unificados a título de impostos e contribuições de empresas inscritas no SIMPLES.

Dessa forma, esses foram os principais benefícios concedidos pela renomada “MP do Bem”, ora convertida em Lei, tão aguardada pelos contribuintes, sendo certo que tais medidas foram de grande valia, pelo que aguardamos que este seja o primeiro de muitos projetos de redução da grande carga tributária existente hoje em nosso país.

Observe-se, por fim, que tais benefícios já podem ser utilizados, eis que estão em vigor desde a data da publicação da referida Lei, o que ocorreu em 21 de novembro de 2005.

Dra. Flávia Miyaoka Kurhara e Dr. Fabio Corrêia Saraiva são Advogados da área tributária do escritório Bueno Barbosa Advogados Associados